

SOARES PENIDO

Participações e Empreendimentos S/A

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ/MF nº 45.083.219/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. submete à apreciação dos acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras e o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Os valores monetários, exceto quando indicado o contrário, estão expressos em milhares de reais.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS – Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo Circulante	Nota	Consolidado			Controladora		
		2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09			2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
<b>Circulante</b>								<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	6	148.006	185.137	146.007	12	16	1	Fornecedores e subempreiteiros		43.818	60.333	34.115	57	33	5
Contas a receber de clientes	7	143.019	148.934	98.239	435	657	–	Debêntures, financiamentos e outros	16	11.569	36.201	207.425	–	–	–
Estoques	8	15.116	11.573	7.107	–	–	–	Impostos e contribuições a recolher	18	28.117	37.482	27.755	2	112	114
Precatórios a receber	9	–	45.879	30.492	–	–	–	Salários e férias a pagar		20.902	14.772	15.312	–	–	–
Impostos a recuperar		10.184	8.039	10.869	190	169	159	Partes relacionadas	17	–	7.962	14.078	16.318	10.966	22.003
Partes relacionadas	17	1.748	3.315	8.409	5.068	68	68	Dividendos a pagar		22.362	36.262	33.857	10.913	24.813	21.936
Pagamentos antecipados relativos à concessões	11	–	2.327	3.882	–	–	–	Imposto de renda e contrib. social		11	3.656	2.440	11	–	–
Despesas antecipadas		1.712	4.302	743	–	–	–	Prov. p/ manut. relativos a concessões		17.782	16.786	11.562	–	–	–
Outras contas a receber		8.626	3.633	13.206	–	–	–	Contas a pagar		31.555	30.765	17.657	–	–	–
		<u>328.411</u>	<u>413.139</u>	<u>318.954</u>	<u>5.705</u>	<u>910</u>	<u>228</u>			<u>176.116</u>	<u>244.219</u>	<u>364.201</u>	<u>27.301</u>	<u>35.924</u>	<u>44.058</u>
<b>Não circulante</b>								<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>								Debêntures, financiamentos e outros	16	54.806	186.093	257.228	–	–	–
Precatórios a receber	9	472.802	403.497	258.822	–	–	–	Impostos e contrib. sociais a recolher	18	20.970	25.998	62.730	–	172	286
Ativo fiscal diferido	10	25.847	37.616	61.508	6.434	1.238	1.238	Partes relacionadas	17	20.547	31.008	25.877	66.729	64.292	61.251
Pagamentos antecipados relativos à concessões	11	–	69.719	117.883	–	–	–	Provisão para contingências	19	23.130	30.383	18.498	–	168	134
Despesas antecipadas		10	220	679	–	–	–	Passivo fiscal diferido	10	444.193	352.176	297.644	5.398	–	–
Imóveis a realizar		3.905	2.688	1.514	–	–	–	IRPJ e contribuição social a pagar		–	13.455	–	–	–	–
Outros créditos		51.479	55.983	56.549	–	194	–	Receita diferida		18.979	6.317	14.267	93	373	653
		554.043	569.723	496.955	6.434	1.432	1.238	Outros passivos	20	64.073	80.259	88.197	3.562	3.640	3.640
<b>Investimentos</b>	12	716.591	143	7.296	1.831.397	1.245.359	1.051.703			<u>646.698</u>	<u>725.689</u>	<u>764.441</u>	<u>75.782</u>	<u>68.645</u>	<u>65.964</u>
<b>Propriedade para investimentos</b>	13	15.284	3.161	1.980	–	–	–	<b>Patrimônio líquido</b>	21						
<b>Imobilizado</b>	14	899.978	898.679	691.691	–	–	–	Capital social		610.000	400.000	154.362	610.000	400.000	154.362
<b>Intangível</b>	15	48.960	230.091	559.374	–	–	–	Reservas de lucros		708.126	310.348	453.822	708.126	310.348	453.822
		2.234.856	1.701.797	1.757.296	1.837.831	1.246.791	1.052.941	Ajuste de avaliação patrimonial		422.327	432.784	334.963	422.327	432.784	334.963
		<u>2.563.267</u>	<u>2.114.936</u>	<u>2.076.250</u>	<u>1.843.536</u>	<u>1.247.701</u>	<u>1.053.169</u>			<u>1.740.453</u>	<u>1.143.132</u>	<u>943.147</u>	<u>1.740.453</u>	<u>1.143.132</u>	<u>943.147</u>
								Particip. de acionist. não controladores		–	1.896	4.461	–	–	–
										<u>1.740.453</u>	<u>1.145.028</u>	<u>947.608</u>	<u>1.740.453</u>	<u>1.143.132</u>	<u>943.147</u>
										<u>2.563.267</u>	<u>2.114.936</u>	<u>2.076.250</u>	<u>1.843.536</u>	<u>1.247.701</u>	<u>1.053.169</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de desapropriação	Reservas de lucros Legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009</b>	154.362	149.644	8.378	331.657	334.963	(35.857)	943.147	4.461	947.608
Aumento de capital com as reservas	245.638	–	(8.378)	(237.260)	–	–	–	–	–
Efeito decorrente da variação de participação em controlada	–	–	–	–	107.970	–	107.970	–	107.970
Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos	–	–	–	–	(10.149)	10.149	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	(11.632)	–	–	(11.632)	–	(11.632)
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	–	(2.565)	(2.565)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	103.647	103.647	–	103.647
Destinação do lucro líquido e lucros acumulados aprovada em AGO:									
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	145.702	–	(145.702)	–	–	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	400.000	149.644	–	228.467	432.784	(67.763)	1.143.132	1.896	1.145.028
Aumento de capital com as reservas	210.000	–	–	(210.000)	–	–	–	–	–
Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos	–	–	–	–	(10.457)	10.457	–	–	–
Outras movimentações	–	–	–	–	–	–	–	(1.896)	(1.896)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	597.321	597.321	–	597.321
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO:									
Reserva legal	–	–	27.001	–	–	(27.001)	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	513.014	–	(513.014)	–	–	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<u>610.000</u>	<u>149.644</u>	<u>27.001</u>	<u>531.481</u>	<u>422.327</u>	<u>–</u>	<u>1.740.453</u>	<u>–</u>	<u>1.740.453</u>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
<b>Receita operacional bruta</b>	1.208.602	1.163.391	–	–
<b>Deduções</b>				
Impostos sobre as vendas	(125.687)	(119.663)	–	–
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	(603)	(609)	–	–
	<u>(126.290)</u>	<u>(120.272)</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	1.082.312	1.043.119	–	–
<b>Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>	<u>(825.690)</u>	<u>(771.040)</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>256.622</u>	<u>272.079</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
<b>(Desp.) outras rec. operacionais</b>				
Administ., comerc. e gerais	23 (151.932)	(116.022)	(783)	(1.452)
Despesas financeiras	(15.896)	(62.646)	(253)	(76)
Receitas financeiras	61.435	75.972	213	2
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24 <u>596.441</u>	<u>(4.349)</u>	<u>263</u>	<u>3.854</u>
	<u>490.048</u>	<u>(107.045)</u>	<u>(560)</u>	<u>2.328</u>
<b>Participação em empresas controladas</b>				
Result. de equiv. patrimonial	12 –	–	598.241	101.322
<b>Lucro antes da participação de minoritários, IRPJ e contribuição social</b>				
IRPJ e CSLL – corrente	10 746.670	165.034	597.681	103.650
IRPJ e CSLL – diferido	10 (41.466)	(49.028)	(159)	(3)
	<u>(107.883)</u>	<u>(11.807)</u>	<u>(201)</u>	<u>–</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>597.321</u>	<u>104.199</u>	<u>597.321</u>	<u>103.647</u>
Lucro atribuível aos acionistas não controladores	–	(552)	–	–
<b>Lucro líquido do exercício atribuível aos controladores</b>	<u>597.321</u>	<u>103.647</u>	<u>597.321</u>	<u>103.647</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia) atua exclusivamente como uma empresa de participação (Holding) de capital nacional fechado e tem a finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa ou controla, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes desta unificação. A Companhia controla a Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que explora as seguintes atividades: (i) Construção Civil – segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Mineração – produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; e (iv) Concessão de Serviços Públicos – principalmente na administração e exploração de rodovias e geração de energia, incluindo energia eólica; e também controla a Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (Pássaro Marron), que explora principalmente os serviços de transportes de passageiros no âmbito municipal e metropolitano da Grande São Paulo, intermunicipal rodoviário, suburbano e interestadual, abrangendo os estados de São Paulo e Minas Gerais, bem como o Airport Bus Service, ligando o Aeroporto Internacional de Guarulhos a diversos pontos da cidade de São Paulo.

2. Reorganização societária

A Companhia concluiu em 2009 o processo de reorganização societária iniciado em 2008, que teve por objeto a transferência de participações entre diversas empresas do grupo, com o objetivo de modernizar sua operação, agilizar o processo decisório e melhorar o acompanhamento dos negócios atualmente desenvolvidos. Em maio de 2009 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da controlada Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, a cisão parcial seletiva desta controlada com versão de parte de seu patrimônio líquido à Soares Penido Concessões S/A, apurado na data-base 30 de abril de 2009, resultando na transferência de 12,75% das ações ordinárias mantidas no Bloco de Controle da CCR S.A. A operação de cisão parcial desta controlada implicou na redução de seu capital social no montante de R\$ 296.494, cujo acervo patrimonial contábil cindido foi vertido à Soares Penido Concessões S/A.

3. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

3.1. Base de preparação – a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 6 de maio de 2011.

b. Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas, e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisados periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

e. Base de Transição das práticas contábeis para o CPC:

Com o advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes, novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis foram expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Até 31 de dezembro de 2009 a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovadas por resoluções do CFC até 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil vigentes neste ano. Esses



SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A – CNPJ/MF nº 45.083.219/0001-30					
... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)					
<p>novos pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. <b>Demonstrações financeiras consolidadas e individuais:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPC pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e as novas práticas aplicando os novos pronunciamentos contábeis (CPC), incluindo a reconciliação do patrimônio líquido e lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, estão mencionados na Nota 5. <b>3.2. Descrição das principais práticas contábeis:</b> <i>a. Instrumentos financeiros:</i> • <b>Ativos financeiros não derivativos:</b> A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis. • <b>Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:</b> Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • <b>Empréstimos e recebíveis:</b> São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável. • <b>Passivos financeiros não derivativos:</b> A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. • <b>Instrumentos financeiros derivativos:</b> A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2010 e 2009. <i>b. Caixa e equivalentes de caixa:</i> Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. <i>c. Contas a receber de clientes:</i> As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. <i>d. Estoques:</i> Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização. <i>e. Imóveis a comercializar:</i> Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não-circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço. <i>f. Participações em consórcios:</i> As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante. <i>g. Depósitos judiciais:</i> Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais. <i>h. Investimentos:</i> Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. <i>i. Propriedade para investimentos:</i> São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado, que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados. <i>j. Imobilizado:</i> Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. Na adoção inicial das novas normas contábeis, a Companhia optou por aplicar um novo custo atribuído às classes do ativo imobilizado “Terrenos”, “Edificações”, “Ônibus” e “Aeronaves”, trazendo estes ativos aos valores de mercado na data-base 1º de janeiro de 2009. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras Receitas Operacionais” na demonstração do resultado. <i>k. Intangível:</i> Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros. Os ativos</p>					
<p>intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados. Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão. Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas. <i>l. Redução ao valor recuperável:</i> O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o ágio pago sobre rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. <i>m. Contas a pagar a fornecedores:</i> Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. <i>n. Empréstimos e financiamentos:</i> Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. <i>o. Provisões:</i> Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. <i>p. Compromissos relativos a concessão:</i> As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida em um nível específico de operação ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada contratualmente antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço. Considera-se uma obrigação incluída no escopo da provisão somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas na medida em que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. Os valores devidos ao Poder Concedente decorrentes da taxa de fiscalização de concessão são reconhecidos no resultado em função das contraprestações devidas mensalmente. <i>q. Imposto de renda e contribuição social:</i> O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diferentemente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. <i>r. Outros passivos circulantes e não circulantes:</i> São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. <i>s. Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial:</i> O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem. <i>t. Reconhecimento da receita:</i> • <b>Receita de vendas:</b> A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas. A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes. A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias. A receita bruta de serviços de transportes compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da</p>					
<p>Empresa. A receita é apresentada pelo valor bruto no momento em que o usuário apresenta o bilhete de passagem necessário à realização da viagem e, subsequentemente, deduzida dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais. A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e ponte administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização. • <b>Receita financeira:</b> A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.</p>					
<p><b>4. Demonstrações financeiras consolidadas –</b> As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:</p>					
<b>Empresas</b>	<b>Tipo de controle</b>	<b>Participação</b>			
		<b>2010</b>	<b>2009</b>		
Serveng-Civilsan S.A. Empr.	Integral – Direto	100,00%	100,00%		
Assoc. de Engenharia					
Empresa de Ônibus Pássaro	Integral – Direto	100,00%	100,00%		
Marron Ltda.					
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral – Indireto	100,00%	100,00%		
Dragaopt Engenharia Ltda.	Integral – Indireto	100,00%	100,00%		
União dos Ventos Geradora	Integral – Indireto	100,00%	–		
Eólica S.A.					
Ventos Potigüares Geradora de Energia S.A.	Integral – Indireto	100,00%	–		
Aquarius Revenda de Veículos Ltda.	Integral – Indireto	100,00%	100,00%		
Corumá Concessões S.A.	Compartilhado – Indireto	18,74%	18,74%		
CCR S.A. (a)	Compartilhado – Indireto	–	3,42%		
(a) A partir de 1º de janeiro de 2010 a Companhia deixou de consolidar as demonstrações financeiras da CCR S.A., empresa de capital aberto com ações negociadas na BM&FBovespa, em função da reorganização societária que culminou na saída da Companhia no Bloco de Controle da CCR S.A. Desta forma, a partir de 2010 a Companhia passou a avaliar este investimento pelo valor justo baseado na cotação da ação negociada na BM&FBovespa. Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes. <b>Descrição dos principais procedimentos de consolidação:</b> <b>a.</b> Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; <b>b.</b> Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado; <b>c.</b> Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; <b>d.</b> A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Controladora, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora; <b>e.</b> Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial. Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação.					
<b>5. Conciliação do patrimônio líquido e lucro líquido em 31 de dezembro de 2009</b>					
		<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Lucro do exercício</b>		
Saldo apresentado conforme práticas contábeis anteriormente vigentes atribuível aos acionistas controladores					
		740.064	155.527		
Contabilização do custo atribuído		632.190	–		
Revisão das vidas úteis de depreciação e exaustão		45.187	7.722		
Valor justo de propriedades para investimentos		1.737	280		
Efeito liq. de ajustes de adaptação em controladas		(51.503)	(52.716)		
Efeito de IRPJ e contrib. social diferidos e outros		(224.543)	(7.166)		
Saldo conforme novas práticas contábeis		1.143.132	103.647		
<b>6. Caixa e equivalentes de caixa</b>					
		<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>		
		<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Caixa e bancos		41.415	36.348	12	16
Aplicações financeiras diversas		106.591	148.789	–	–
		148.006	185.137	12	16
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do CDI, contratadas em condições e taxas normais de mercado.					
<b>7. Contas a receber de clientes</b>					
		<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>		
		<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Valores faturados para terceiros		97.137	138.908	435	657
Valores faturados p/coligadas (Nota 17)		1.051	–	–	–
Medições a faturar		54.466	32.694	–	–
Ajuste a valor presente		(895)	(1.420)	–	–
Provisão para devedores duvidosos		(8.740)	(21.248)	–	–
Total		143.019	148.934	435	657
<b>8. Estoques</b>					
		<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>		
		<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Produtos acabados		3.653	2.922	–	–
Matéria-prima		421	304	–	–
Outros estoques para consumo e manutenção		11.892	8.347	–	–
Provisão para desvalorização		(850)	–	–	–
		15.116	11.573	–	–
<b>9. Precatórios a receber</b>					
		<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>		
		<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)		410.232	383.756	–	–
DER/SP (b)		19.246	35.635	–	–
Outros (c)		43.324	29.985	–	–
Subtotal		472.802	449.376	–	–
Circulante		–	(45.879)	–	–
Não circulante		472.802	403.497	–	–
<b>Emenda Constitucional 62/09:</b> Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado. As principais novidades inseridas na EC 62 foram: (i) Regime Especial opcional aos Estados, Distrito Federal e Municípios a fim de quitarem seus precatórios já vencidos, no prazo de até 15 anos; (ii) Compensação de ofício que antecederá o pagamento dos precatórios aos credores, visando à quitação de eventuais débitos perante a Fazenda devedora; (iii) Faculta ao credor a utilização de créditos de precatório para a aquisição de imóvel público da respectiva Fazenda devedora, nos termos de legislação específica a ser editada pelo mesmo Ente Federativo; (iv) Possibilidade de cessão do precatório, independentemente da anuência da Fazenda, ressalvando que tal procedimento somente produzirá efeitos a partir de sua comunicação ao Tribunal e à entidade devedora, convalidando, ainda, todas as cessões já realizadas antes de sua promulgação; (v) Possibilidade de a Fazenda Pública devedora coordenar leilões dos precatórios. De acordo com a Emenda, devedores da Fazenda poderão adquirir precatórios judiciais em leilões realizados através de sistema eletrônico por entidade autorizada pela CVM ou pelo Banco Central, para quitarem seus débitos com deságio; (vi) Atualização dos valores pendentes pelo índice que corrige a caderneta de poupança (juros + TR). Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela controlada Serveng (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito. Vale ressaltar, que há em andamento duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade com Pedido de Liminar (ADI 4357 e ADI 4372), ajuizadas pelo Conselho Federal da OAB e outras associações, ambas em trâmite pelo Supremo Tribunal Federal – STF, que visam declarar a inconstitucionalidade da nova					
continua ...					



SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A – CNPJ/MF nº 45.083.219/0001-30											
... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)											
sistemática de pagamento dos precatórios estaduais e municipais trazida pela EC 62/09. <b>Composição dos Precatórios a Receber:</b> a. O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido pela Companhia à controlada Serveng, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança. No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Sequestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances de a controlada Serveng receber o valor do Precatório. b. O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, estando pendente do recebimento em 31 de dezembro de 2010 a última parcela devida. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança. c. Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controlada Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacaréi, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança. Em função da publicação da EC 62/09, bem como a adoção do Regime Especial do Governo do Estado de São Paulo, a indefinição das ações de sequestro movidas pela controlada Serveng em relação ao precatório a receber do SEFAZ-SP, e a demora na definição dos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva da constitucionalidade ou não da EC 62/09.											
<b>10. Ativo e passivo fiscal diferidos</b>											
<b>Ativo</b>											
Imposto de renda diferido:											
Diferenças temporárias											
Prejuízos fiscais											
Contribuição social diferida:											
Diferenças temporárias											
Base negativa											
Total diferido ativo											



SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A – CNPJ/MF nº 45.083.219/0001-30					
... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)					
24. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas					Contador
	Consolidado		Controladora		José Carlos Costa Mendonça – CRC 1SP 200.146/O-4
	2010	2009	2010	2009	
Ganho na mensuração de ativos ao valor justo	577.649	270	–	–	
Dividendos recebidos	25.670	–	–	–	
Lucro na alienação do imobilizado	5.544	1.278	–	–	
Receita de aluguéis	1.036	2.908	280	280	
Variação na participação acionária em controladas	–	1.606	–	3.419	
Reversão para perdas com ativos	–	17.469	–	–	
Reversão (constituição) de provisão para contingências	3.224	(9.474)	–	154	
Indenizações trabalhistas	(2.526)	(3.052)	–	–	
Outras despesas operacionais	(14.156)	(15.354)	(17)	1	
	<u>596.441</u>	<u>(4.349)</u>	<u>263</u>	<u>3.854</u>	
25. Avais, fianças, garantias e cobertura de seguros – A Companhia e suas controladas diretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para riscos de engenharia das obras em execução e para determinados bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foi definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2010 a controlada Serveng possuía seguro-garantia, fianças e coberturas de seguros no total de R\$ 383.656, abrangendo, R\$ 50.882 para risco de engenharia, R\$ 329.323 para seguro garantia, R\$ 3.170 para seguro/carta fiança e R\$ 281 para outros. Em 31 de dezembro de 2010 a controlada indireta Santa Cruz Rodovias S.A. possui compromissos vinculados às concessões rodoviárias a serem cumpridos com o Poder Concedente no montante de R\$ 35.555 (R\$ 50.808 em 2009) relativo à obrigação de recuperar, manter e conservar os trechos concedidos à Santa Cruz Rodovias S.A., obedecendo ao cronograma previamente estabelecido, a serem realizados até o final do prazo da concessão.					
			A Diretoria		
			Contador		
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Aos Diretores e Acionistas da			nião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.		
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP			<b>Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b> – Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.		
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.			<b>Ênfase</b> – Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo novas regras relativas ao pagamento de precatórios estaduais e municipais que está, atualmente, em tramite no Superior Tribunal Federal – STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A controlada Serveng-Civisan S.A. Empresas Associadas de Engenharia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ no montante de R\$ 410.232 mil, para o qual existe uma ação de sequestro de verbas públicas perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo visando a realização deste montante. A realização financeira desses precatórios depende do julgamento favorável quanto a constitucionalidade da referida Emenda Constitucional ou do sucesso da ação movida pelos assessores jurídicos dessa controlada e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo.		
<b>Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras</b> – A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			São Paulo, 6 de maio de 2011		
<b>Responsabilidade dos auditores independentes</b> – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opi-			Anselmo Neves Macedo Contador CRC 1SP 160.482/O-6		
			KPMG Auditores Independentes CRC 2SP 014.428/O-6		

### Anhanguera Educacional Participações S.A.

CNPJ/MF nº 04.310.392/0001-46 – NIRE 35.300.184.092 - Cia. Aberta

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada 22/02/11**

**Data, Hora e Local:** 22/02/11, 9hs, em SP/SP, Av. Brig. Faria Lima, nº 2055, 7º. **Convocação:** dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Cons. de Adm.. **Presença:** Presente a totalidade dos membros do Cons. de Adm.. **Mesa:** Presidente: Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh; e Secretário: Ricardo Leonel Scavazza. **Ordem do Dia:** (i) Em atendimento ao disposto no art. 10º, §6º, inciso (xii) do Estatuto Social da Cia., deliberar acerca da aquisição de participação societária na União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., sociedade mantenedora da instituição de ensino superior denominada Faculdade de Ciências e Tecnologia de Brasília, por si ou por sua subsidiária, Anhanguera Educacional Ltda.; (ii) Caso seja aprovado o item (i) acima, em atendimento ao disposto no art. 10º, §6º, inciso (xii) do Estatuto Social da Cia., deliberar acerca da locação de imóveis para fins não residenciais por sua subsidiária, União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., na qualidade de Locatária; (iii) Caso seja aprovado o item (i) acima, em atendimento ao disposto no art. 10, §6º, inciso (xxvi) do Estatuto Social da Cia., deliberar acerca da prestação de garantia por si ou por sua subsidiária, Anhanguera Educacional Ltda., conforme aplicável, com relação à: (a) aquisição da participação societária na União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., e (b) prestação de fiança no Contrato de Locação para fins não Residenciais (“Contrato de Locação”), a ser firmado pela subsidiária, União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., na qualidade de Locatária; e (iv) Em atendimento ao disposto no art. 10º, §6º, inciso (viii) do Estatuto Social da Cia., deliberar acerca da abertura de filiais por si, ou por sua subsidiária Anhanguera Educacional Ltda., conforme aplicável; (v) Em atendimento ao disposto no art. 10º, §6º, inciso (xv) do Estatuto Social da Cia., deliberar acerca do voto a ser proferido pela Cia. em reunião de sócios da subsidiária da Cia. Anhanguera Educacional Ltda., com relação à aquisição de participação societária na União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., bem como na assinatura do Contrato de Locação e de todos e quaisquer contratos e documentos relacionados à aquisição. **Deliberações:** Após exame, discussão e revisão da matéria constante da ordem do dia, os membros do Cons. de Adm. deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem ressalvas: (i) Aprovar a aquisição, por si ou por sua subsidiária Anhanguera Educacional Ltda., sociedade limitada com sede na Al. Maria Tereza, nº 2000, Bairro Dois Córregos, Valinhos, SP, CNPJ/MF nº 05.808.792/0001-49 e NIRE 35.300.197.054, da totalidade das quotas representativas do capital social da União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Brasília/DF, no Setor de Diversão Sul, Bl. L, nº. 30, Asa Sul, s/ 409, CNPJ/MF nº 08.909.999/0001-06, (“União de Ensino”) mantenedora da instituição de ensino superior denominada Faculdade de Ciências e Tecnologia de Brasília, mediante a assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças a ser celebrado com os quotistas da União de Ensino, nos termos e condições apresentadas ao Cons. nesta reunião; (ii) Aprovar a assinatura do Contrato de Locação para fins não Residenciais (“Contrato de Locação”) a ser celebrado por sua subsidiária, União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., na qualidade de Locatária, do(s) imóvel(is) situado(s) na cidade de Brasília/DF, no(s) qual(is) a União de Ensino realiza suas atividades, nos termos e condições apresentadas ao Cons. nesta reunião; (iii) Aprovar a prestação de garantia, por si ou por sua subsidiária, Anhanguera Educacional Ltda., conforme aplicável, com relação: (a) à aquisição deliberada no item (i) acima, mediante assinatura, na qualidade de garantidora, do Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças a ser celebrado com os quotistas da União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda.; e (b) no Contrato de Locação para fins não Residenciais, a ser firmado pela subsidiária da Cia., União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda. na qualidade de Locatária; (iv) Aprovar abertura de filial, por si, ou por subsidiária Anhanguera Educacional Ltda., conforme aplicável, no seguinte endereço: SDS Bl. L n.30 (CONIC) - 5ª - Asa Sul - Brasília/DF. (v) Aprovar que os representantes da Cia. votem favoravelmente em reunião de sócios da subsidiária Anhanguera Educacional Ltda. a ser realizada para deliberação acerca da aquisição da totalidade das quotas da União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., nos termos do item (i) acima, bem como da assinatura do Contrato de Locação e de todos e quais documentos relacionados à aquisição, seja como parte ou como garantidora. Tendo em vista as aprovações constantes dos itens acima, autorizar os representantes da Cia. ou de suas subsidiárias, Anhanguera Educacional Ltda. e União de Ensino Superior de Ciência, Tecnologia e Saúde Ltda., a praticarem todos e quaisquer atos necessários à efetivação das operações de aquisição, incluindo, mas não se limitando na assinatura de Contratos de Locação para Fins não Residenciais e eventuais aditamentos, Contrato Social e eventuais alterações, contratos de conta vinculada (escrow account), contrato de compartilhamento e de todos e quais documentos relacionados às aquisições, bem como, representar junto aos respectivos cartórios de imóveis, junta comercial e demais órgãos públicos, para efetivarem as transferências de quotas e/ou dos imóveis, e demais atualizações cadastrais necessárias. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura, em forma de sumário, desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa:** Presidente: Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh; e Secretário: Ricardo Leonel Scavazza. **Membros do Cons. de Adm.:** Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh, Luiz Otavio Reis de Magalhães, Otavio Lopes Castello Branco Neto, Antonio Carlos de Freitas Valle, Ângela Regina Rodrigues de Paula Freitas, Olimpio Matarazzo Neto e Sergio Vicente Bicicchi. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. SP, 22/02/11. Mesa: Ricardo Leonel Scavazza - Secretário. Jucesp 99.203/11-0 em 16/03/2011. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

### Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S/A

CNPJ/MF nº 11.754.525/0001-39 – NIRE: 35.3.0037794-0

**Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 29/04/2011**

**Data, hora e local:** 29 de abril de 2011, às 14:00 (quatorze) hrs., na sede social da Companhia na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2016, 2º andar, Barueri, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada, face ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. **Mesa:** Cristiano Kok – Presidente; Marcelo Aparecido Bagini – Secretário. **Deliberações:** Nos termos do Capítulo III, Seção II, Artigo 14, § único do Estatuto Social da Companhia, acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia deliberaram sobre: **I – Ordinariamente: I.a)** Aprovação, conforme, Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras com Notas Explicativas, referentes ao exercício social de 2010, documentos esses que foram publicados no jornal “Diário Oficial do Estado de São Paulo” página 130, e no jornal “Empresas & Negócios” página 02, ambos nas edições do dia 29 de abril de 2011. **I.b)** Aprovação da proposta da administração para dar destinação ao lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 761.823,68 (setecentos e sessenta e um mil, oitocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos) que será transferido para a conta de Reserva de Retenção de Lucros. **I.c)** Na seqüência o Senhor Presidente da mesa esclareceu a necessidade de eleger os Membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme Capítulo III, Seção II, Artigo 14, § único “II” do Estatuto Social da Companhia. Nestes termos foi proposta a recondução dos atuais conselheiros, conforme abaixo relacionados, portanto, eleitos, com mandato de 2 (dois) anos, isto é, para a gestão compreendida entre o dia 29 de abril de 2011 até o dia 29 de abril de 2013, podendo ainda ser reeleitos e devendo permanecer nos cargos até a posse dos seus sucessores, os Senhores: **a) Cristiano Kok**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.229.000-7 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 197.438.828-04; **b) Gerson de Mello Almada**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.408.755–SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 673.907.068-72, ambos “a” e “b” na condição de titulares, com endereço comercial na Alameda Araguaia, 3571, Centro Empresarial Tamboré, Barueri-SP, CEP: 06455-000, este na condição de titular; **c) José Antunes Sobrinho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.275.592-4 – SSP/SC e CPF/MF nº 157.512.289-87, com endereço comercial na Rua Tenente Silveira nº 94, 7º andar, Centro, CEP: 88.010-300, Florianópolis-SC, este na condição de suplente daqueles; **d) Luiz Cruz Schneider**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.510.758 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 220.827.510-15, residente e domiciliado na Rua Rafael Bandeira, nº 74, Aptº 1202, na Cidade de Florianópolis/SC, na condição de titular; **e) Roger Ibrahim Karam**, brasileiro, casado, engenheiro, residente em São Paulo–SP, na Rua Marcelo Mistrigoro, 51, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.451.166–SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 376.803.408-97, na condição de titular; **f) Adhemar Toshimassa Kajita**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.265.083, inscrito no CPF/MF sob o nº 788.655.818-91, residente na R. Professora Carolina Ribeiro, 363, Chácara Klabin, São Paulo – SP, na condição de titular; e, **g) José Augusto Arantes Savasini**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 2845248 – SSP/SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 066.130.638-00, residente na Rua Avaré, 305, São Paulo-SP, CEP: 01243-030, na condição de titular. Esclareceu ainda o Senhor Presidente que cada um dos Conselheiros possui uma ação da Companhia, conforme determina a legislação aplicável a matéria; todavia, quando do término do mandato, renúncia ou exclusão dos mesmos, considerando o que ocorrer primeiro, as referidas ações serão devolvidas à Companhia. Eleitos por unanimidade os Conselheiros supracitados prestaram o compromisso de bem exercer suas atividades e atribuições, declarando para todos os fins de direito, que não se encontravam incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impediam de exercer atividades empresárias, sendo certo que a eles foi dado amplo conhecimento da legislação aplicável. Nestes termos, o Sr. Presidente disse que os mesmos estavam desde já empossados nos respectivos cargos. Reconheceram os presentes que as matérias ora tratadas e aprovadas encontravam-se em perfeita consonância com os interesses e objetivos sociais da sociedade, ficando, portanto, afastada qualquer possibilidade de se vislumbrar, em seu Estatuto Social, qualquer proibição a aprovação das mesmas. E ainda, em caráter **II – Extraordinário: II.a)** Proposta da Administração, nos termos do Capítulo III, Seção II, Artigo 14, § único, “XII” para fixação do valor da remuneração global dos administradores da sociedade, isto é, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), cuja distribuição ocorrerá no período de 01/05/2011 a 30/04/2012, conforme critérios adotados pelos referidos administradores. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que após lida e aprovada pela totalidade dos acionistas, foi assinada por mim secretária e pelo Senhor Presidente da mesa, a quem incumbe levá-la a registro no órgão competente, antes, porém, nesta mesma data, transcrevê-la em livro próprio da sociedade: **(a)** Cristiano Kok – Presidente e Marcelo Bagini – Secretário; **(aa)** p/Engvix Engenharia S/A/Gerson de Mello Almada e Cristiano Kok; Gerson de Mello Almada; José Antunes Sobrinho; Cristiano Kok; Daniel Maurice André Peres; Ricardo Novaes Lucindo; José Augusto Arantes Savasini; Luiz Cruz Schneider; Roger Ibrahim Karam; Adhemar Toshimassa Kajita. A presente é cópia fiel extraída do livro da sociedade. Barueri, 29 de abril de 2011. (a) Marcelo Aparecido Bagini – Secretário. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 175.859/11-5 em 06/05/2011. Kátia Regina Bueno de Godoy – Secretária Geral.

### Termomecanica São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 59.106.666/0001-71 - NIRE 35.300.039.696

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

**Realizada em 28 de Abril de 2011**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 28 (vinte e oito) de abril de 2011, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, na Avenida Caminho do Mar, nº 2652, Complemento nº 2700, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, uma vez que presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade. **3. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência da Assembléia Regina Celi Venâncio, que convidou Toshihiko Kumamoto para Secretário, na forma do Artigo 17 do Estatuto Social vigente. **4. Ordem do Dia:** Deliberar a respeito da: (a) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010; (b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício; (c) Distribuição de Dividendos; (d) Aumento do Capital Social; (e) Fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (f) Alteração do artigo 5º do Estatuto Social e (g) Eleição dos membros do Conselho de Administração. **5. Deliberações:** Após os debates, os representantes dos acionistas deliberaram aprovar, por unanimidade de votos: (a) O Relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes, as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, todos publicados no dia 20 de abril de 2011 no Diário Oficial Empresarial às folhas 216 a 218 e no Estado de São Paulo, caderno Economia às folhas B23 e B24. (b) A Destinação do Lucro Líquido do Exercício: após as Reservas Legais, o saldo remanescente será distribuído em forma de dividendos às Ações Ordinárias e Preferenciais, no valor de R\$ 71.173.551,09 (setenta e um milhões, cento e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e um reais e nove centavos), já inclusa a distribuição dos dividendos mínimos (Artigo 8º, do Estatuto Social da Sociedade). A Acionista Fundação Salvador Arena, poderá receber os dividendos à medida da disponibilidade financeira da Sociedade, mas não ultrapassando a próxima Assembléia Geral Ordinária. (c) Também serão distribuídos da conta de Reserva de Lucros em forma de dividendos às Ações Ordinárias e Preferenciais da conta de Reserva de Lucros, no valor de R\$ 33.961.470,96 (trinta e três milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e seis centavos). A Acionista Fundação Salvador Arena, poderá receber os dividendos à medida da disponibilidade financeira da Sociedade, mas não ultrapassando a próxima Assembléia Geral Ordinária. (d) O Aumento do Capital Social para R\$ 650.000.000,00 (Seiscentos e cinquenta milhões de reais), capitalizando R\$ 57.202.000,00 (cinquenta e sete milhões, duzentos e dois mil reais) da conta de Reserva de Capital e R\$ 2.798.000,00 (dois milhões, setecentos e noventa e oito mil reais) da conta de Reserva de Lucros. (e) A remuneração global dos administradores membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Sociedade, no montante de até R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) mensais, devendo o Conselho de Administração, deliberar sobre a distribuição individual destes valores. Neste valor estão inclusos os benefícios indiretos, exceto o 13º salário e a Participação nos Lucros que será paga observando-se os limites estabelecidos no artigo 152 da Lei 6.404/76. Esse valor poderá ser atualizado com os mesmos índices de reajuste concedido aos funcionários da Sociedade. (f) A alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade que passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 5º - O capital social é de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 8.564.296.311 (oito bilhões, quinhentas e sessenta e quatro milhões, duzentas e noventa e seis mil, trezentas e onze) ações ordinárias e 17.128.592.622 (dezessete bilhões, cento e vinte e oito milhões, quinhentas e noventa e dois mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais todas sem valor nominal. (g) A Eleição dos membros para o Conselho de Administração, até a realização da próxima Assembléia Geral Ordinária em 2012. Para Presidente do Conselho de Administração **Regina Celi Venâncio**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 5.292.689 - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 533.352.528-53; para Vice-Presidentes **Marlene Barbieri Taveira**, brasileira, casada, industriária, portadora da cédula de identidade RG nº 5.733.128-5 - SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 062.690.878-72 e **Toshihiko Kumamoto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 5.588.331-X - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 856.174.078-72; e para Conselheiros **Gilberto Alexandre Augusti**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.501.805 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 991.831.028-68 e **Luis Carlos Rabello**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 9.950.258-6 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 904.389.228-91; todos com endereço comercial na Avenida Caminho do Mar, 2652, São Bernardo do Campo/SP. Os Conselheiros eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. **6. Encerramento, Lavratura da Ata e Assinaturas:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada. Mesa: Presidente da Assembléia: Regina Celi Venâncio; Secretário: Toshihiko Kumamoto. Presentes: Acionistas: (i) Fundação Salvador Arena - p.p Regina Celi Venâncio e Toshihiko Kumamoto; e os acionistas preferenciais (ii) Regina Celi Venâncio; (iii) Toshihiko Kumamoto; (iv) Marlene Barbieri Taveira; (v) Gilberto Alexandre Augusti e (vi) Luis Carlos Rabello. Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da Sociedade e que são autênticas as assinaturas nele apostas. São Bernardo do Campo, 28 de abril de 2011. **Regina Celi Venâncio** - Presidente da Assembléia - **Toshihiko Kumamoto** - Secretário da Assembléia. **JUCESP** nº 178.721/11-6 em 11/05/2011. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.